



**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA
 BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

***THE IMPACTS OF THE PANDEMIC NEW CORONAVIRUS UNDER BRAZILIAN SANITARY
 LEGISLATION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW***

***LOS IMPACTOS DE LA PANDEMIA DEL NUEVO CORONAVIRUS BAJO LA LEGISLACIÓN
 SANITARIA BRASILEÑA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA***

Ana Clara Santos Silva¹

e3122256

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i12.2256>

PUBLICADO: 12/2022

RESUMO

A pandemia do novo coronavírus surtiu efeito em diversos âmbitos, tais como econômico, político, social e, principalmente, da saúde. Não obstante, a legislação sanitária brasileira foi e vem sendo modificada conforme os comportamentos do vírus perante a sociedade, com a adição de portarias, decretos, revogações e dentre outras ações pertinentes. Nesse sentido, diversas alterações foram feitas para que houvesse uma certa adaptação conforme a conjuntura da pandemia do novo coronavírus, visto que à medida que a sociedade tem alterações, a legislação precisa acompanhá-las. Objetivo: Informar públicos-alvo sobre os impactos do COVID-19 sob a legislação sanitária do Brasil, a partir de uma revisão integrada de literatura de artigos e composições acerca do assunto em questão encontrados no portal *online* de revistas brasileiras SciELO Brasil, no site do Diário Oficial da União, no site dos Cadernos de Saúde Pública (CSP), na Revista Escola de Saúde do Paraná e dentre outras leituras encontradas em sites eletrônicos referentes ao assunto abortado. A coleta de dados foi realizada nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Pandemia. Impactos. Legislação sanitária brasileira.

ABSTRACT

The pandemic of the new coronavirus has had an effect in several areas, such as economic, political, social and, mainly, health. Nevertheless, the Brazilian sanitary legislation has been and has been modified according to the behavior of the virus before society, with the addition of ordinances, decrees, repeals and other relevant actions. In this sense, several changes were made so that there was a certain adaptation according to the conjuncture of the pandemic of the new coronavirus, since as society has changed, the legislation needs to accompany them. Objective: To inform target audiences about the impacts of COVID-19 under Brazilian health legislation, from an integrated literature review of articles and compositions on the subject in question found on the online portal of Brazilian journals SciELO Brazil, on the website of the Official Gazette of the Union, on the website of the Public Health Notebooks (CSP), in the School of Health Magazine of Paraná and among other readings found on electronic websites related to the aborted subject. Data were collected in December 2021 and January 2022.

KEYWORDS: COVID-19. Pandemic. Impacts. Brazilian health legislation.

RESUMEN

La pandemia del nuevo coronavirus ha tenido efecto en varios ámbitos, como el económico, político, social y, principalmente, sanitario. Sin embargo, la legislación sanitaria brasileña ha sido y ha sido modificada de acuerdo con el comportamiento del virus ante la sociedad, con la adición de ordenanzas, decretos, derogaciones y otras acciones relevantes. En este sentido, se hicieron varios cambios para que hubiera una cierta adaptación acorde a la coyuntura de la pandemia del nuevo coronavirus, ya que como la sociedad tiene cambios, la legislación necesita acompañarlos. Objetivo: Informar al público objetivo sobre los impactos del COVID-19 en la legislación sanitaria brasileña, a partir de una revisión integrada de la literatura de artículos y composiciones sobre el tema en

¹ Graduanda do curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Ana Clara Santos Silva

questión que se encuentran en el portal en línea de las revistas brasileñas SciELO Brasil, en el sitio web de la Gaceta Oficial de la Unión, en el sitio web de los Cuadernos de Salud Pública (CSP), en la Revista Escuela de Salud de Paraná y entre otras lecturas encontradas en sitios electrónicos relacionados con el tema abortado. Los datos se recopilaron en diciembre de 2021 y enero de 2022.

PALABRAS CLAVE: COVID-19. Pandemia. Impactos. Legislación sanitaria brasileña.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a pandemia do novo coronavírus teve e continua tendo efeito no cotidiano da população mundial, desde mínimas alterações à consideráveis mudanças. O comportamento social gerado após decretada a pandemia foi, consideravelmente, heterogêneo devido a discrepâncias socioeconômicas. Entretanto, a resposta sanitária tem se esforçado para ser mais próxima possível da homogeneidade ao redor do mundo, visto o aumento da disponibilidade de leitos, preparação da equipe médica, melhoramento de alguns serviços e dentre outras atividades. Com a ausência da vacina destinada à aplicação, até meados de dezembro de 2020, as medidas cabíveis no país foram a promoção do distanciamento social, vigilância dos casos e autonomia aos estados e municípios conforme as demandas originadas pelo vírus objetivaram frear a contaminação e controlar a pressão no sistema de saúde, especialmente no público (SUS).

Em detrimento da última medida citada, foram inevitáveis mudanças na legislação brasileira voltada às normas sanitárias, com relação a concessão da venda de medicamentos, que anteriormente necessitavam de receita, e passaram a ser vendidos sem receita; autorização às estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a COVID-19 e diversas outras medidas provisórias, leis e portarias adicionadas à legislação sanitária do país.

O enfrentamento à pandemia exige a elaboração de planos de gerenciamento de risco (DUNLOP, 2020), visto que, por ter se tratado de uma infecção viral com pouco conhecimento de suas consequências à saúde humana, fez-se necessária a adoção de diversas medidas que pudessem frear a contaminação e as consequentes mortes por esse tipo de síndrome respiratória. Para que houvesse um controle, de início, do avanço do COVID-19 no Brasil, as medidas sugeridas pelos órgãos competentes foram conjuntas ao fortalecimento do sistema de vigilância nos três níveis do SUS, que inclui a avaliação e uso de indicadores adicionais para monitorar a evolução da pandemia e o efeito das medidas de controle, a ampliação da capacidade de testagem, e divulgação ampla e transparente das notificações e de testagem desagregadas. (AQUINO *et al.*, 2020)

Sendo assim, conseqüentemente, as leis vigentes sofreram alterações, posto que a transparência e efetividade do poder público em relação ao enfrentamento da pandemia se fez mais necessária para o esclarecimento da população.

A Vigilância Sanitária (VISA) caracteriza-se por atuar direta e indiretamente na regulação sanitária com a finalidade perene de buscar o atendimento do interesse público de proteção da saúde da população, considerando ainda os efeitos no âmbito social e econômico, pautada na relação



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Ana Clara Santos Silva

constante entre produção e consumo. Desse modo, tal órgão se fez e perdura até então como um dos principais agentes de combate à pandemia, sendo o intermédio para as decisões de maior estruturação determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Após decretada pandemia, no estado do Paraná, elaborou-se a Resolução SESA n° 482 de 14 de abril de 2020 que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a operacionalização da prescrição médica por meio eletrônico, no contexto da pandemia do COVID-19. (DOE-PR, 2020)

Além dessa medida estadual, o Governo Federal autorizou a prática da telemedicina durante a crise causada pelo novo coronavírus, em uso emergencial, segundo a Lei N° 13.989 de abril de 2020. (DOU, 2020)

A crise sanitária instituída pela pandemia encontrou-se no centro do processo de globalização e impôs a urgência de mudanças radicais na vida atual, a qual está cercada de desafios que exigem medidas de curto, médio e longo prazo. Dentre as medidas adotadas, a comunicação e a informação se mostraram fundamentais neste processo de enfrentamento, somadas à atuação oportuna e integrada das equipes de Vigilância Sanitária, para ações de mitigação do risco quando este for detectado (DE LIMA *et al.*, 2020).

De modo que os riscos gerados pela pandemia se minimizassem, as alterações na legislação sanitária brasileira objetivaram, em tese, abranger a população do país no que tange à transparência de resultados de combate, atendimento às minorias sociais prejudicadas pelo agravamento dos resultados da infecção pelo COVID-19, melhorias no sistema público de saúde e criação de políticas públicas referentes ao cenário socioeconômico e higiênico do Brasil.

MÉTODOS

Para o alcance do objetivo geral desse artigo, utilizou-se a metodologia referente à revisão de literatura interativa, de modo a condensar informações de suma importância relacionadas ao tema abordado e sintetizar conclusões acerca dessa abordagem. Para Beyea e Nicoll (1998), uma revisão integrativa exige semelhantes padrões de rigor, clareza e replicação aos usados nos estudos primários.

Tendo conhecimento do método integrativo de revisão, observa-se a sistematização, como principal característica, vista a presença de etapas que guiam a elaboração dos trabalhos. No que diz respeito ao presente artigo, utilizou-se as seguintes fases, primordialmente: 1ª fase: seleção das questões temáticas, no caso, referiu-se à legislação sanitária brasileira sob alteração do novo coronavírus; 2ª fase: busca ou amostragem na literatura, feita em sites eletrônicos de revistas e no próprio Diário Oficial da União; 3ª fase: representação das características da pesquisa inicial; 4ª fase: análise dos dados; 5ª fase: discussão dos resultados; 6ª fase: apresentação da revisão integrativa.

Com relação ao levantamento bibliográfico, realizou-se buscas na Internet pelo Diário Oficial da União, pela Revista Escola de Saúde Pública do Estado do Paraná, pelo site SciELO Brasil e pela



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Ana Clara Santos Silva

Revista Escola Nacional de Saúde Pública. Para a realização da revisão, foram identificados 3 artigos e 2 buscas ao site do Governo Federal.

RESULTADOS

Foi observado, durante a busca de dados que viabilizassem a síntese da revisão, que a maioria dos artigos foram publicados durante o início da pandemia, em 2020, posto que o cenário era totalmente desconhecido, mas que não impedia pesquisas que aprofundassem ou melhorassem a percepção do novo coronavírus na população brasileira. Além disso, majoritariamente, as leis, medidas provisórias, portarias, resoluções e vetos, foram inseridos na legislação sanitária brasileira também no ano de decreto pandêmico, apesar de recorrentes adições no ano de 2021.

Sendo assim, analisa-se que as mudanças na legislação se fizeram mais presentes no ano de 2020, visto que a mobilização das VISAS, da ANVISA, dos governos estaduais e municipais e do Governo Federal buscaram frear, mesmo que com atrasos e dificuldades, a contaminação pelo novo coronavírus e as suas consequências na população.

DISCUSSÃO

A partir da sistematização da revisão conforme a integração de literatura sob diversos pontos de vista, pode-se discutir que a pandemia do novo coronavírus, de modo geral, surtiu efeito em diversos âmbitos sociais, seja ele de cunho higiênico, seja de cunho legislativo. Posta essa análise discursiva, a legislação brasileira sofreu fortes alterações desde o decreto da pandemia pela Organização Mundial da Saúde até os dias atuais, visto a perduração do cenário pandêmico, mesmo que com melhorias consideráveis em decorrência da vacina e das medidas profiláticas adotadas por estados e municípios do Brasil.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Ana Clara Santos Silva

Tabela 1- Artigos Pesquisados:

ESTUDO	AUTOR/ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil.	AQUINO, Estela M.L et al. /2020	Apresentação do enfrentamento à pandemia por parte do sistema de saúde frente as medidas de controle.	A pesquisa permitiu analisar a necessidade do fortalecimento dos três níveis do SUS para o controle da pandemia no Brasil.
Desafios e atuação da Vigilância Sanitária no enfrentamento da COVID-19 no Estado do Paraná	Otaviano de Lima L, Capelo P, Moscardi S, Justi J, Gomes I, David Lopes /2020	Apresentação do relato de experiência da atuação da Vigilância Sanitária do Paraná e dos desafios encontrados frente a COVID-19.	A análise da postura da VISA do estado do Paraná mostrou a adoção de medidas de enfrentamento relacionadas à resoluções sanitárias.
Atenção primária à saúde em tempos de COVID-19: o que fazer?	MEDINA, Maria Guadalupe et al. /2020	Apresentação da atuação da Atenção à Saúde Primária juntamente aos casos de COVID-19 e suas consequências.	A pesquisa mostrou que há necessidade do fortalecimento da APS, principalmente em decorrência do COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, concluiu-se que a pandemia do novo coronavírus alterou e continua alterando o sistema legislativo sanitário do Brasil, visto que a análise dos dados obtidos durante a pesquisa foi capaz de verificar as mudanças recorrentes, desde o início da pandemia. Com a adição de decretos, resoluções, portarias e alguns vetos, objetivou-se dispor de medidas cabíveis para o contínuo enfrentamento da COVID-19 e para a manutenção do bem-estar do corpo social brasileiro, mesmo que com tantas perdas decorrentes da contaminação viral, seja de origem vital, seja de origem material.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E.; SILVEIRA, I. H.; PESCARINI, J.; AQUINO, R.; SOUZA-FILHO, J. A. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc Saúde Colet.**, v. 25, Suppl 1, p. 2423-46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>

CRODA, J. H. R.; GARCIA, L. P. Immediate Health Surveillance Response to COVID-1. **Epidemiol Serv Saude**, v. 29, n. 1, p. e2020002, mar. 2020.

DE LIMA, OTAVIANO L.; CAPELO, P.; MOSCARDI, S.; JUSTI, J.; GOMES, DAVID LOPES M. Desafios e atuação da Vigilância Sanitária no enfrentamento da COVID-19 no Estado do Paraná. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 3, n. Supl., 21 dez. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1140/atencao-primaria-a-saude-em-tempos-de-COVID-19-oque-fazer#C4>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei N° 13.989, 15 de abril de 2020** Brasília: DOU, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.989-de-15-de-abril-de-2020-252726328>



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS SOB A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA BRASILEIRA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA
Ana Clara Santos Silva

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Brasília: OPAS, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=8758.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. **Vigilância Sanitária (VISA)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, 2020. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Vigilancia-Sanitaria-VISA>